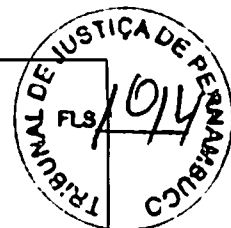




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230



PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 204898-0

EMBARGANTE: GILSON ELIAS DE OLIVEIRA

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DES. RIVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADOR: DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL – EMBARGOS
DECLARATÓRIOS - AUSÊNCIA DE OMISSÃO –
IMPROVIMENTO

Inexistindo as omissões apontadas pelo embargante, tendo em vista que foi devidamente fundamentada a decisão, não merecem acolhida os embargos declaratórios.

À unanimidade, negou-se provimento aos Embargos de Declaração.

A C Ó R D ã O

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento aos Embargos de Declaração, tudo de conformidade dos votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife, 26 de março de 2013.


Leopoldo de Arruda Raposo – Des. Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 204898-0
EMBARGANTE: GILSON ELIAS DE OLIVEIRA
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. RIVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão, fl. 997, proferido por esta Egrégia 1ª Câmara Criminal, em sede de Recurso de Apelação, interposto pelo embargante, que, por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso para reduzir a pena aplicada de 47 (quarenta e sete) anos de reclusão para 35 (trinta e cinco) anos de reclusão.

Visa o embargante que a corte exerça a retratação cabível, suprimindo a omissão pertinente.

Relata que não houve o exame da ocorrência da continuidade delitiva prevista no art. 71, parágrafo único do Código Penal.

Requer o recebimento do presente incidente para que a questão omitida seja devidamente apreciada.

É o que importa relatar.

Recife, 26 de março de 2013.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 204898-0
EMBARGANTE: GILSON ELIAS DE OLIVEIRA
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. RIVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: DR. MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

VOTO

O cabimento dos embargos de declaração em matéria criminal está disciplinado no artigo 619 do Código de Processo Penal, de maneira que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão aclaratória.

Na decisão embargada houve apreciação da questão alegada, aplicando-se o concurso material e não a continuidade delitiva pretendida. A alegação de omissão é, portanto, descabida.

Sobre a matéria trago os seguintes julgados:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACLARATÓRIOS. **AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EFEITO INFRINGENTE. INVIABILIDADE.**

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O cabimento dos embargos de declaração em matéria criminal está disciplinado no artigo 619 do Código de Processo Penal, sendo que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão aclaratória.

2. Inviável a concessão do excepcional efeito modificativo quando, sob o pretexto de ocorrência de contradição na decisão embargada, é nítida a pretensão de rediscutir matéria já suficientemente apreciada e decidida.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no AREsp 189.782/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 15/03/2013)

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EFEITO INFRINGENTE. INVIABILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

1. O cabimento dos embargos de declaração em matéria criminal está disciplinado no artigo 619 do Código de Processo Penal, sendo que a inexistência dos vícios ali consagrados importam no desacolhimento da pretensão aclaratória.
 2. Inviável a concessão do excepcional efeito modificativo quando, sob o pretexto de ocorrência de omissão na decisão embargada, é nítida a pretensão de rediscutir matéria já suficientemente apreciada e decidida.
 3. É inviável a apreciação de matéria que não foi alegada no momento processual adequado, pois à parte é vedado inovar pedidos quando da interposição de agravo regimental ou embargos de declaração.
 4. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.
 5. Embargos de declaração rejeitados.
- (EDcl no AgRg no REsp 1124439/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 17/10/2011)

A conclusão é a de que, estando devidamente fundamentada a decisão embargada, inexistente a omissão apontada, sendo descabida a pretensão de prequestionamento da matéria já ventilada.

Na decisão atacada firmei o convencimento, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes nos autos, aplicando-se o disposto no art. 69 do CP(concurso material). A matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada.

Em verdade, pretende o recorrente, através desta via modificar decisão que só pode agora ser guerreada por recurso próprio, não por via de Embargos de Declaração.

Em sendo assim, configurada de forma evidente a inexistência da omissão, observo que os embargos de declaração, ora opostos, não merecem acolhimento, deste modo, meu voto é pelo não provimento dos presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator